

DOIS EVENTOS A UM SÓ TEMPO HISTÓRICO: RELEITURA ACERCA DO ENVOLVIMENTO DO BRASIL NAS GUERRAS MUNDIAIS.

TWO EVENTS AT ONE HISTORIC TIME: REPEAL ABOUT BRAZIL'S INVOLVEMENT IN WORLD WARS.

Dr.Günther Richter Mros¹

Resumen: La participación de Brasil en las dos guerras mundiales es el tema de esta ponencia. La percepción continua de los dos eventos como un tiempo histórico único tiene como punto de referencia cronológico inicial los años de 1914 a 1919 (comienzo de la Primera Guerra Mundial y negociaciones del Tratado de Paz de Versalles, respectivamente). La percepción atraviesa el período comenzado en 1930, en el gobierno de Getulio Vargas (entendida como una ruptura historiográfica y el comienzo de un nuevo perfil de estado en Brasil), hasta finalizar en el año 1945, cuando las Conferencias que establecieron el orden mundial después de la Segunda Guerra Mundial tuvo lugar. Defendemos que los gobiernos brasileños miraron en las dos guerras mundiales la oportunidad de insertar al país en las transformaciones sistémicas y reclamar para Brasil un papel más relevante. Entendemos que este proceso ha tenido lugar de manera continua, con la acción dividida entre la dimensión externa (la percepción de los re-significados del sistema internacional) y la dimensión interna (a través de la reificación de la identidad nacional).

Palabras clave: concepción historiográfica del tiempo; Guerras Mundiales; Brasil.

Resumo: O envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais é o tema deste artigo. A leitura contínua dos dois eventos, como um só tempo histórico, tem como marco cronológico inicial os anos de 1914 a 1919 — início da Primeira Guerra Mundial e negociações do Tratado de Paz de Versalhes, respectivamente —, e atravessa o período que se inicia em 1930, no governo de Getúlio Vargas — entendido como sendo uma quebra historiográfica e início de um novo perfil de Estado no Brasil —, até acabar no ano de 1945, quando ocorreram as Conferências que estabeleceram a ordem pós-Segunda Guerra Mundial. Defendemos que os governos brasileiros viram nas duas Guerras Mundiais a oportunidade de inserir o país nas transformações sistêmicas e de reivindicar para o Brasil um papel mais relevante. Entendemos que esse processo se deu em ação dividida entre a dimensão externa, na percepção das ressignificações do sistema internacional, e a dimensão interna, por meio da reificação da identidade nacional.

Palavras-chave: Tempo histórico; Guerras Mundiais; Brasil.

Abstract: The involvement of Brazil in the two World Wars is the theme of this paper. The continuous perception of the two events as a single historical time has as an initial chronological landmark the years from 1914 to 1919 (beginning of World War I and negotiations of the Versailles Peace Treaty respectively). The continuous perception goes through the period began in 1930, in Getulio Vargas administration (understood as a historiographic break and the beginning of a new state profile in Brazil), until ending in the year 1945, when the Conferences that established the order after World War II took place. We defend that the Brazilian governments saw in the two World Wars the opportunity to insert the country in the systemic transformations and to claim for Brazil a more relevant role. We understand that this process has taken place continuously, with the action divided between the external dimension (the perception of the re-significances of the international system) and the internal dimension (through the reification of the national identity).

Key words: Historiographic conception of Time; World Wars; Brazil.

INTRODUÇÃO

Em meio às transições ocorridas no sistema internacional durante as duas Guerras Mundiais o Brasil foi o país latino-americano com o envolvimento mais destacado na região.

¹ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. gunther.mros@ufsm.br

É bastante usual a historiografia brasileira desenvolver periodização, mais ou menos consensual, de ruptura entre a cognominada República Velha — de 1889 a 1930 — e a chamada Era Vargas — de 1930 a 1945². As participações do Brasil nas duas Guerras Mundiais, portanto, são vistas como dois eventos de dois períodos distintos na história do país. Talvez isso explique em parte a escassez de estudos sobre os dois eventos em conjunto.

Entendemos, no entanto, que o envolvimento brasileiro nas duas Guerras Mundiais é um mesmo processo histórico, contínuo, marcado por duas dimensões bem definidas, onde: no âmbito interno há o fortalecimento da identidade nacional republicana por meio de imaginário simbólico-social; e no âmbito externo os governos brasileiros se pautaram pela inserção internacional possível em busca de desenvolvimento econômico e acesso aos debates acerca da ordem mundial em transição.

A ideia de tratar as duas Guerras Mundiais como fenômeno contínuo tem precedente na obra de Ian Kershaw (2016), historiador britânico que se propôs a compreender a situação da Europa no período de 1914 a 1949 abordando as Guerras Mundiais como um grande conflito com o intervalo de 21 anos — de novembro de 1918 a setembro de 1939. "É muito tentador pensar no século XX da Europa como um século de dois tempos completamente diferentes", admite Kershaw (2016, p. 18), até porque:

os trinta anos durante os quais a Europa pareceu empenhada na autodestruição foram tão desastrosos e caracterizados por rupturas tão imensas que dificilmente se conseguiria imaginar uma continuidade dos sistemas de valores socioeconômicos e das tendências do desenvolvimento cultural no longo prazo (KERSHAW, 2016, p.413).

As "transições silenciosas" (KERSHAW, 2016, pp. 413-471) ao longo dos anos das Guerras Mundiais oferecem ao historiador um panorama da mudança sistêmica, verificável por meio da análise de elementos objetivos, tais como: economia; população; impacto social da Guerra Total; relação da Igreja com o Estado; e o papel dos intelectuais. Esses elementos, todavia, demonstram a não ruptura entre os dois conflitos e revelam, ainda, "continuidades e transições que deixariam uma marca importante no mundo do pós-guerra" (KERSHAW, 2016, p. 414).

² Os exemplos dessa assertiva são muitos: "**História geral da civilização brasileira**" (FAUSTO; CARDOSO, 2006; FAUSTO; PINHEIRO, 2006; FAUSTO; GOMES, 2007; FAUSTO; PIERUCCI, 2007), "**História geral do Brasil**" (LINHARES, 2016), "**História da política exterior do Brasil**" (CERVO; BUENO, 2011), "**A política internacional do Brasil e suas fases**" (VISENTINI, 2007). Curiosamente, é um brasilianista norte-americano quem coloca a participação brasileira nas duas Guerras em um mesmo capítulo, em "**Brazil: five centuries of change**" (SKIDMORE, 1999, pp. 93-125), ainda que essa abordagem não represente aprofundamento da relação entre um evento e outro para o papel do Brasil na ressignificação sistêmica tal qual defendemos nesta tese.

A nosso entender, todavia sob viés de outros elementos de análise, semelhante raciocínio é aplicável ao envolvimento do Brasil nas Guerras que se iniciaram europeias e se expandiram até países antes sistemicamente marginais.

Conquanto não tenha havido na *intelligentsia* brasileira a noção do todo no processo histórico desencadeado nas tomadas de decisão pela participação bélica em 1917 e 1942, são perceptíveis o fortalecimento da identidade nacional e o voluntarismo para as questões externas, diminuindo a fronteira entre as políticas interna e externa nos governos de Wenceslau Braz e de Getúlio Vargas.

Trata-se de leitura não apenas diacrônica, lembrando que Koselleck (2006, pp. 104, 106 e 114) clama por precisão metodológica em se tratando de conceitos — e conceitos são fundamentais na análise das variáveis que elencamos —, por ser esse tipo de abordagem de espaço e tempo, em conjunto, parte da perspectiva sincrônica. Dessa forma, a análise aqui exposta, de momento específico, conceitual e sincrônico, do Brasil ao longo do tempo cronológico que envolve os trinta e um anos entre 1914 e 1945 — a saber, início da primeira e fim da segunda das Guerras Mundiais —, nos remete ao tema das periodizações.

UMA LEITURA DO TEMPO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esse fatiamento fictício do tempo possibilita, concomitantemente, uma forma didática de lidar com a narrativa que se constrói, e, também, um olhar mais preciso sobre o objeto investigado, em clara relação do historiador com o tempo de seu objeto. "O historiador precisa dominar o tempo, [...], e na medida em que esse tempo muda, a periodização se torna, para o historiador, uma ferramenta indispensável" (LE GOFF, 2015, p. 132).

A instrumentalização dos períodos por parte de historiadores na margem sistêmica da historiografia ocidental ajuda epistemologicamente, desde que não se tente criar abstrações generalistas nem se tente manter a escrita ligada às teorias hegemônicas, comumente não aplicáveis às idiosincrasias de um país como o Brasil. Ocorre, entretanto, que essa periodização não pode e não deve ser justificativa para um enquadramento mais rígido. Talvez, como resultado desse cenário, é possível que se justifique o crescente número de debates no Brasil acerca do papel de uma História Global, em especial por aqueles que trabalham com a especificidade da área de História das Relações Internacionais.

No âmbito de alguns encontros acadêmicos, a destacar aqueles organizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), historiadores ligados a temas globais buscam esboçar

entendimento acerca do conceito de História Global³. Dentro desse quadro, autores como Crossley (2015, pp. 137-138 e 145) e Conrad (2016, pp. 1-16) definem História Global como sendo resultado de metodologia não eurocêntrica, para além da abordagem do Estado-Nação e de crescimento historiográfico majoritário a partir dos anos 1990. As duas primeiras características, todavia, não são novidade no Brasil, tanto pela influência da Escola dos Annales na estruturação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (NOVAIS, 1994), quanto pela leitura aplicada do conceito de forças profundas⁴, de Pierre Renouvin, sobre o estudo da História das Relações Internacionais no Brasil.

Renouvin, ao organizar em 1953 obra seminal, dividida em oito tomos — periodizada entre a Idade Média e o final da Segunda Guerra Mundial —, junto com outros três autores (RENOUVIN et al, 1994), deu profundidade aos estudos da História das Relações Internacionais. O grupo propôs uma leitura societária, em lugar da já desgastada história diplomática — de viés centrado no estatismo das fontes produzidas pelas chancelarias com o foco quase exclusivo no Estado-Nação. Isto é, o desafio era que se “considerasse, nos diferentes momentos da evolução das relações internacionais, os variados aspectos da vida da sociedade” (SARAIVA, 2008, p. 12).

Para melhor compreensão do impacto dessa obra de Renouvin e seus colegas, cabe tratarmos aqui das distinções dos conceitos de História Diplomática, História da Política Externa e História das Relações Internacionais, todos correlacionados aos estudos da História Política — como categoria analítica mais ampla — e da relação com a História Cultural — no que se refere ao elemento simbólico⁵ como categoria aglutinadora —, se pensarmos na capilaridade das viradas historiográficas que vêm ocorrendo desde o final dos anos 1970.

A relevância da História Diplomática nos remete ao conceito de diplomacia, ou seja, "a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses"

³ Sobre esse assunto recomendamos ouvir a fala do historiador Alexandre Moreli, da Universidade de São Paulo (USP), no Podcast Chutando a Escada, dedicado ao tema da História Global (MORELI; MENDONÇA; ZAHARAN, 2018).

⁴ As forças profundas são formadas sob um sistema de multicausalidades que atua sobre as relações internacionais. São ocultas e de difícil percepção daqueles que vivem o momento histórico em que elas ocorrem. Emanam das coletividades humanas e dependem de um processo de tomada de consciência, o que faz desse conceito uma inovação na relação com as limitações da história diplomática, amplamente fundamentada na leitura de documentos estatais (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, pp. 9-297).

⁵ Por símbolo julgamos tratar-se "um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar [...], embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional" (JUNG, 2008, p. 18). Os símbolos podem, também, ser "imagens criadas a partir da imaginação com base nas interpretações representativas do sujeito em relação a um objeto concreto ou abstrato [...]" (REIS JR.; ARAÚJO, p. 101), o que se aplica na relação do indivíduo com sua identidade nacional, enquanto objeto abstrato, e na relação desse indivíduo com o estrangeiro.

(CERVO, 2008,8). A História Diplomática enquanto método nasceu na França com a necessidade de o Estado entender as razões que levaram à derrota na Guerra Franco-Prussiana, na década de 1870. Os estudos caracterizados por esse método têm foco nas relações entre os Estados-Nação com ampla pesquisa na documentação produzida pelas chancelarias e com destaque para a obra de Albert Sorel (1875).

A Política Externa, dentro desse raciocínio, tem como incumbência: [...] agregar os interesses, os valores e as regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal (CERVO, 2008, 9).

Na análise dessa política externa, como bem lembra Visentini (2007, 220), "emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar quem a formula; em segundo, de que forma ela se articula à política interna".

Assim, se há no Brasil uma tradição historiográfica coadunada com os métodos da História Diplomática, a atual historiografia, no que tange a História da Política Externa, tem suas raízes, entre outros, nos trabalhos de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Oliveira Lima (1867-1928), Pandiá Calógeras (1870-1934), Renato Mendonça (1912-1990) e de José Honório Rodrigues (1913-1987), este último oferecendo importante esboço de periodização baseado em fases de introversão e extroversão do Estado brasileiro (RODRIGUES; SEITENFUS; RODRIGUES, 1995, 45-49).

A História das Relações Internacionais, dentro desse apanhado epistemológico, envolve aspecto conceitual "ainda mais abrangente do que diplomacia e política exterior. As relações internacionais compreendem três categorias de agentes: a diplomacia, o governo com sua política e a sociedade com suas forças" (CERVO, 2008, 11). Não se trata, portanto, apenas de uma evolução conceitual. A complexificação das análises decorrentes das historiografias, antes meramente estatocêntricas, se dá pelo uso de novas fontes e, também, por ampliar o escopo das relações para além da identidade nacional. O elemento transnacional ou mundial, nesse sentido, amplia as possibilidades de pesquisa sem excluir o fato nacional.

O fenômeno da Mundialização, ou da recente tendência da História Global, está mais ligado ao empoderamento das historiografias antes marginalizadas que à manutenção de uma história centrífuga propulsora de narrativas conservadoras. Le Goff (2015, 133) chamava atenção para que os historiadores não confundissem "como fizeram frequentemente até agora, a ideia de mundialização com a de uniformização".

Nesta perspectiva, destarte, voltamos ao nosso recorte periódico, e conquanto sejam as Guerras Mundiais dois eventos distintos, defendemos que nosso objeto está inserido em processo histórico sob uma mesma conjuntura, tomando como conceito de conjuntura histórica a seguinte definição:

Quando um historiador transforma experiências surpreendentes — assombrosas ou felizes — em conhecimento, seja de que forma for, vê-se forçado a aduzir razões duradouras, de prazo médio ou longo, para explicar experiências singulares. A análise do caso o força a elaborar hipóteses, as quais exigem explicações ao serem confrontadas com a realidade. Aparece assim, no jogo dos argumentos, a distinção temporal entre singularidade conjuntural e razões de longo prazo, distinção sem a qual nenhuma história pode ser conhecida. Ela subsiste em qualquer mudança de paradigmas.

[...]

Para explicar a singularidade das experiências originárias, uma antropologia formal da história exige que se introduzam, na cadeia dos acontecimentos, derivações causais, condições de longo prazo ou contextos duradouros. A multiplicidade de estratos temporais — o fato de que as experiências são únicas, mas, mesmo assim, se acumulam — sempre se traduz nos métodos que reconstróem os fatos e indagam como eles se tornaram possíveis. Trata-se da condição metodológica mínima, sem a qual as novidades e as surpresas das histórias não poderiam ser transpostas para o conhecimento. [...]

Essa diretriz histórico-antropológica se cumpre de modos diferentes se a experiência que se realiza no decorrer da história for alterada. Isso se revela nitidamente quando perguntamos pelas justificativas últimas que sustentam a singularidade e o caráter surpreendente do evento (KOSELLECK, 2014, 43-44, grifos nossos).

A partir do primeiro grifo da citação acima, deixamos claro que nossa leitura conjuntural da história do Brasil nas duas Guerras Mundiais não está em contraposição à divisão paradigmática proposta por Amado Luiz Cervo (2008,61-76)⁶, mas reifica e ressignifica um conjunto de eventos que estavam dados como pertencentes a dois períodos demarcados pela explicação paradigmática dessa última obra. As participações do Brasil na Grande Guerra e na Segunda Guerra Mundial estão situadas, nessa divisão historiográfica, em dois paradigmas de Estado: Estado Liberal-Conservador e Estado Desenvolvimentista (CERVO, 2008, 67-76).

Ocorre, todavia, que se tomarmos os três níveis variáveis dispostos no método de Cervo (2008, p. 2), a política, a diplomacia e as relações internacionais, esses três níveis podem apontar certa continuidade de objeto que esteja sob análise mais restritiva⁷, a depender

⁶ Amado Luiz Cervo propõe o uso do paradigma como método para construção de conceitos "pela via da observação empírica" (CERVO, 2008, p. 65) da história do Brasil por meio da coleta de experiências em três níveis: diplomático, político e das relações internacionais. Em seguida, o professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) divide a narrativa sobre formação dos conceitos brasileiros em quatro grandes paradigmas: Liberal-conservador, desde a independência no século XIX até 1930; desenvolvimentista, de 1930 a 1989; paradigma normal ou neoliberal, de 1990 a 2002; e, por fim, o paradigma logístico, de 2003 em diante.

⁷ O Brasil nas duas Guerras Mundiais, nesse caso, é objeto mais restrito, em termos cronológicos, que a história da política exterior do país como um todo, desde 1822 aos dias atuais.

das perguntas que estabeleçamos às fontes documentais analisadas e das respostas que venhamos a obter a partir das evidências.

Entendemos, dessa forma, o processo histórico como um fluxo de conjunturas e razões de longo prazo, sob múltiplos estratos de tempo (KOSELLECK, 2014)⁸, passíveis de análises diversas.

No caso da história do Brasil, ou de qualquer outra história nacional, esse fluxo parece ter movimentos centrífugos e centrípetos que não poderiam ser menosprezados. Ou seja, os aspectos políticos, diplomáticos e, de maneira mais abrangente, as relações internacionais do Brasil no contexto das Guerras Mundiais, influenciam e são influenciados pelas mudanças ocorridas no sistema internacional. Essas influências existem, ora desde aqui, Brasil, para com o sistema, contribuindo com as idiossincrasias brasileiras nos diálogos pós-Guerras, ora desde o sistema para cá, influenciando costumes civis nacionais — embate entre simpatizantes de ambos os lados beligerantes ao longo de todo o período nas duas guerras — e a formação do pensamento militar nacional — por meio de disputas entre o pensamento prussiano dos jovens turcos e o *savoir faire* francês e britânico, na Primeira Guerra Mundial; e por meio de disputas comerciais de material bélico e até mesmo para a construção de uma usina siderúrgica, na Segunda Guerra Mundial. Nossa leitura, portanto, sugere outro olhar em relação à divisão paradigmática de Cervo (2008), a complementar mais que a concorrer.

O ato de comparar não se restringe exclusivamente a dois atores distintos sob mesmo recorte temporal. Barros (2013, 189) alerta que "[...] os historiadores também criam relações entre eventos que estão muito distanciados um do outro no tempo cronológico". Ou seja, é possível que ao abordar comparativamente os contextos de Primeira Guerra, de 1914 a 1919 — início e final do conflito somado o ano da Conferência de Versalhes —, e de Segunda Guerra, de 1939 a 1945 — início e final do conflito e primeiras reuniões das Nações Unidas —, possamos propor releitura do papel do Brasil nas transições ocorridas no sistema internacional.

O processo histórico, portanto, está intrinsecamente envolvido pelos eventos que o historiador irá ligar na construção de uma teia semântica. A escolha desses eventos é

⁸ Koselleck (2014) propôs os estratos do tempo como forma de superação da organização narrativa, tradicionalmente dividida em sincronia e diacronia, dialogando com Braudel acerca das longas, médias e curtas durações por meio de leitura antropológica de três estratos básicos inseridos no conceito de experiência: as singularidades, as repetições e as experiências que ultrapassam os planos individuais. "A expressão 'estratos do tempo' remete a formações geológicas [em sentido metafórico] que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas [...]" (KOSELLECK, 2014, p. 19). Dessa forma, entendemos que as ressignificações no tempo diacrônico e no recorte sincrônico ocorrem sob múltiplas sobreposições causais — os estratos do tempo.

fundamental para a narrativa, pois são os eventos que produzem as mudanças no seu interior (BARROS, 2013, 178).

É importante, no entanto, não confundir processo histórico com a noção de progresso, que Philippe Ariès (2013, 68 e 86) apontou como erro comum tanto do marxismo quanto de pensadores positivistas. Em fins do século XIX, ambos defendiam uma história evolutiva. Ou seja, o processo histórico não se relaciona com outros processos de maneira hierárquica ou valorativa, e, por esse mesmo motivo, tampouco métodos distintos poderiam ser hierarquizados senão por sua capacidade explicativa. Adam Watson (2002, 1) ao citar uma conferência de Robert Gilpin mencionava que este, assertivamente, não via "o passado como mero prólogo, e que o presente não detém o monopólio da verdade".⁹

Como mencionado, portanto, o processo histórico tem relação direta com os eventos e, outrossim, voltamos atenção para o nosso segundo grifo na citação da obra de Koselleck (2014), localizado na penúltima página. É importante falarmos do conceito de evento ou acontecimento, e, para tanto, faz-se necessária a distinção do evento histórico como "núcleo orientador da interpretação [que] não o dilui no interior de processos totalizantes, mas, pelo contrário, faz dele o que seria o efetivamente singular na história" (CARDOSO, 2013, 17) para aquele tipo de evento que se caracterizou por muito tempo pelo vazio factual das cronologias mais superficiais. Para François Dosse (2013, 12) "o acontecimento não é um simples dado que basta coletar [...], é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido". Essa constituição simbólica do sentido a que se refere Dosse é o elemento legitimador do processo histórico por meio das representações a que o evento, ou acontecimento, se remete. Reconstrução e representação são as estratégias do historiador na elaboração de texto que tenha "pretensão à verdade" (PESAVENTO, 2008a, 36).

A historiadora Sandra Pesavento (2008a, 39-41) tratou a representação como conceito central da mudança epistemológica que resultou na História Cultural como campo inovador da historiografia, "incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX" (PESAVENTO, 2008a, 39). Representar, dentro desse prisma, significa perceber a realidade e estar no lugar de uma ausência por meio de imagem portadora de algum sentido lógico na narrativa construída pelo historiador. As representações "são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento" (PESAVENTO, 2008b,12).

⁹ [Tradução nossa]. No original em inglês: "believing that the past is not prologue and that the present does not have a monopoly on the truth...".

Nesse sentido, a relação do Brasil com as Guerras e, especialmente, com as ressignificações sistêmicas pós-Guerras, guarda idiossincrasias tão representativas que não se poderia tratá-lhe como pertencente a processos históricos distintos. É nesse processo que o país reflete seu lugar no mundo, seja por meio de debates intelectuais na Primeira Guerra — pró ou contra os Aliados, seja em criação de ligas, publicação de panfletos, literatura de cordel ou em editoriais de jornais —, ou, mesmo sob autoritarismo do Estado Novo, por meio de posicionamentos bastante distintos dentro e fora do governo.

Ao investigarmos as representações nos aproximamos do conceito de memória. A correlação entre história e memória situa-se na construção do entendimento do processo, pois se a "narrativa [...] presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido" (PESAVENTO, 2008b,15), isto é, "História e Memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado [...]" (PESAVENTO, 2008a, 94).

Candau (2014,21-23) enumerou três tipos de memória. A primeira delas é a protomemória, relativa aos saberes e experiências do indivíduo, o que para nós nesta pesquisa remete a personagens e o peso da habilidade, ou da falta de habilidade, nas decisões que influenciaram em processo maior que suas circunstâncias rotineiras. O segundo tipo de memória é o que Candau (2014,23) chama de "memória propriamente dita", feita de recordação ou reconhecimento, ou ainda de esquecimento, todos seletivos — "pelo que ela não pode ser encarada como um armazém inerte" (CATROGA, 2015, 16) —, e, portanto, válidos para a narrativa quando verificáveis no cruzamento de outras fontes. O terceiro tipo de memória é a metamemória, caminho pelo qual o indivíduo se afilia ao passado na identificação de um grupo maior, no seio do qual constrói-se a identidade. Há a percepção de que a memória é "uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo" (CANDAU, 2014, 9). O que sobrevive do passado — e aqui cabe a ressalva não só ao testemunho de memória, mas também ao documento, seja ele uma peça literária como o cordel, seja ele um relatório de governo — "é uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores" (LE GOFF, 2013, 485).

Diante de tal quadro, será pertinente, no entanto, falarmos em memória coletiva? Para Fernando Catroga (2015, 11-13) o sujeito antes mesmo de nascer está vinculado ao meio que o socializa, e esse meio irá definir certas características refletidas ao longo da vida no pertencimento dele, indivíduo, ao coletivo. Essa noção da memória coletiva como fator

identitário precisa ser levada em consideração, por exemplo, quando tratamos de comportamentos situados fora da frieza do documento oficial, como foram as percepções de segregação racial em tropas brasileiras na Segunda Guerra na comparação ao racismo das tropas norte-americanas. Os Pracinhas sentiam certo orgulho de suas relações entre negros e brancos, definidas como de muita camaradagem, quando comparadas ao racismo formal nas tropas dos EUA (ROSENHECK, 2016). A comparação fez circular a ideia, entre os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), de que no Brasil não havia racismo (ROSENHECK, 2016, 150). Em outras palavras, a memória coletiva influenciou o modo como os personagens enxergavam os outros e a si mesmos, independentemente de esse olhar estar ou não equivocado dentro de um quadro mais amplo. Cabe ao historiador relativizar os testemunhos e reconhecer as coletividades nas quais a memória está alocada.

Entre alguns entendimentos da diferença conceitual de história e memória é comum se distinguir documentos de testemunhos, ou, ainda, a explanação histórica, metódica, e o relato atrelado ao imediatismo reminescente. Possivelmente nos sirva melhor, para compreender o processo envolvendo o Brasil nas duas Guerras Mundiais, não a oposição, mas antes o diálogo entre representação, por meio de testemunhos que consideramos válidos, e reconstituição do passado, por meio do acesso parcial a acontecimentos históricos registrados nos documentos e que possam ser verificados em diferentes tipos de fontes (CHARTIER, 2016, 21-24).

A identidade — tal como conceituada por Sandra Pesavento (2008a, 89), "enquanto representação social, [...] é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento" — nos permite ler as ausências presentificadas, mas o processo se completa quando há diálogo entre representação e reconhecimento, ou entre memória e história. Por isso, "a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder" (LE GOFF, 2013, 435) que não poderia ser menosprezado pelo historiador, em especial quando tratamos de transformações ressignificadoras da identidade do Brasil, enquanto nação, frente ao sistema internacional, e do brasileiro, enquanto indivíduo, frente ao seu coletivo e aos coletivos estrangeiros, reflexões essas que as Guerras embalaram.

A memória, portanto,

não é o rebotelho da História, nem um material bruto que só podemos usar depois de passar pela peneira da grande História. É preciso, sim, confrontá-la com outros testemunhos, da mesma forma como fazemos com documentos escritos, imagens ou objetos. Por outro lado, a memória acolhe experiências psíquicas e espirituais que nos convidam a compreender a complexidade dos comportamentos, atos e fatos.

Além disso, é instrumento de luta contra discriminações e desigualdades (DEL PRIORE, 2017, p. 14).

Em se tratando do entendimento acerca da temporalidade em um enlace com as experiências psíquicas e espirituais, tal como levantado acima por Mary Del Priore, Santo Agostinho (354-430) já via o tempo como movimento interno da alma humana, e o "presente, que descobrimos ser o único que deveríamos chamar de longo, é reduzido ao espaço de um único dia. [...], [porém] nem sequer um dia é inteiramente presente"(SANTO AGOSTINHO, 2017, Livro XI, §20). Barros (2013) interpretou essa percepção de Agostinho sobre o tempo como "essencialmente uma experiência humana" por meio de três presenças: "presença do passado, como memória; presença do presente, como visão; presença do futuro, como expectativa" (BARROS, 2013, 40, grifos no original). Koselleck (2006, pp. 308-309), dentro desse panorama, converge a essa percepção de Santo Agostinho ao defender que "experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico. [...] Como categorias [...] fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico" tenha um referencial definido. Esse referencial, portanto, é o tempo histórico.

Destarte, de posse da ideia de evento, ou acontecimento, e do peso da relação entre memória e história, entendemos que o tempo histórico diz respeito ao aspecto relacional dos eventos. Esse aspecto relacional é reificado, isto é, trazido do âmbito abstrato para o concreto, por meio das características passíveis de se tornarem variáveis de um todo em relação aos elementos da teia semântica construída pelo historiador.

Tomemos, agora, dois eventos centrais de nosso objeto: afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1917 e 1942; e as declarações de beligerância do Brasil em 26 de outubro de 1917 e 22 de agosto de 1942, sucessivamente, por meio da leitura da repercussão em dois jornais da imprensa brasileira alocados na então capital do país, Rio de Janeiro. São eles, os periódicos *A Noite* e *Correio da Manhã*.

Sobre os afundamentos, em 18 de outubro de 1917, a cerca de 200 milhas do Cabo Finisterra, região da Galiza, Espanha, o submarino alemão U-93 afundou o vapor brasileiro Macau (MONTEIRO, 2014, pp. 167-195), que se dirigia ao porto francês Le Havre, com carregamento de 52.000 sacas de café e 40.000 sacas de cereais¹⁰. Durante o mês de agosto de 1942, o submarino alemão U-507 afundou cinco navios e uma barcaça no litoral nordeste

¹⁰ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

do Brasil (MONTEIRO, 2012). Os dois eventos foram determinantes para o envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais. Tanto o Macau, em 1917, quanto as seis embarcações postas a pique, em agosto de 1942, representaram atos, considerados pelo governo brasileiro, de agressão injustificada contra o Brasil. Os dois periódicos separados no tempo cronológico por vinte e cinco anos representam duas variáveis analíticas — os afundamentos como causa de envolvimento nas Guerras e as ações do governo positivadas em declarações formais de guerra —, compostas ambas as variáveis de elementos comparáveis por serem passíveis de sobreposição e repetição. Esses elementos poderiam ser: o forte peso emocional por parte da mídia impressa; e as manifestações de apoio tanto da população quanto de nações amigas.

Vejamos o primeiro desses dois elementos, comum às duas variáveis. O tom emocional dado pelo afundamento do Macau, que já era o quinto navio afundado pelos submarinos alemães¹¹, e o igualmente noticiado drama dos afundamentos de seis¹² embarcações na costa brasileira, entre os estados de Bahia e Sergipe, apenas no mês de agosto¹³, refletem o engajamento da mídia nos dois eventos.

Na capa do Correio da Manhã, de 26 de outubro de 1917, junto à manchete do afundamento do Macau há a frase que assevera: "um grave momento nacional". Na capa do periódico A Noite, de 20 de agosto de 1942, por seu turno, acima de qualquer manchete, chama a atenção do leitor a seguinte frase: "Nas praias de Aracajú inúmeros cadáveres". Enquanto na página 3 do Correio da Manhã havia um perfil do comandante do Macau, capturado pelos alemães, Saturnino Furtado de Mendonça (1867-?)¹⁴, há também a indignação pelo fato de o Macau não navegar armado, transportar apenas café e cereais. As informações no jornal A Noite, de 20 de agosto de 1942, todavia, citam ações supostamente heroicas de um comandante, Antenor Dias Sanches, com uma entrevista de sua esposa na página 3¹⁵. Ao que tudo indica, o comandante destacado nessa reportagem estava em um navio não atacado,

¹¹ Os outros quatro foram: Rio Branco, em maio de 1916 (MONTEIRO, 2014, pp. 63-64); Paraná, em abril de 1917, responsável esse pelo fim da neutralidade do Brasil no conflito europeu (MONTEIRO, 2014, p. 70); Tijuca e Lapa, ambos em maio de 1917 (MONTEIRO, 2014, pp.99-130). No total foram dez embarcações brasileiras postas a pique no âmbito da Primeira Guerra Mundial.

¹² Eram elas: duas do Lloyd brasileiro, Baependy, em 15 de agosto, e Aníbal Benévolo, em 16 de agosto; duas embarcações do Lloyd Nacional S.A., o Araraquara, em 15 de agosto, e o Arará, em 17 de agosto; uma embarcação da Companhia Nacional de Navegação Costeira, o Itagiba, em 17 de agosto; e, por fim, um barco pesqueiro de propriedade de Norberto Hilários dos Santos, em 19 de agosto (MONTEIRO, 2012, pp. 314-315).

¹³ No total foram trinta e cinco embarcações de pavilhão brasileiro atacadas no contexto da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

¹⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16507>. Acesso em 15 out. 2018.

o Itassucé — da mesma Cia. de Navegação Costeira do Itagiba —, e prestou ajuda aos naufragos¹⁶. O aspecto emotivo dado pelas mortes, em 1942, ou pelas perdas comerciais e desrespeito à navegação brasileira, de propósitos não belicistas, em 1917, eram estímulo ao nacionalismo da população que tinha na mídia impressa o principal veículo de comunicação em ambos os conflitos. Essa população se manifestou favorável aos atos de governo que se seguiriam.

O segundo elemento comparável nos dois eventos, nesse sentido, diz respeito às manifestações de apoio, tanto internas, por parte da população, quanto externas, por parte de países simpáticos ao direito de o Brasil responder às agressões recebidas.

No âmbito interno, na página 3 do jornal *Correio da Manhã*, destacou-se que "avultada multidão, foi hontem, á (sic) noite, ao Itamaraty"¹⁷. Nilo Peçanha (1867-1924), então Ministro das Relações Exteriores — de 07 de maio de 1917 a 15 de novembro de 1918 —, se dirigiu ao balcão e agradeceu o apoio da "multidão" ao governo. Nem tudo, entretanto, era apoio em 1917. Na mesma data de 26 de outubro de 1917 o outro periódico por nós destacado, o jornal *A Noite*, chamava atenção para as greves e o movimento operário que estavam se espalhando pelo país¹⁸, com forte atuação no Rio Grande do Sul, pois o jornal fazia menção à greve dos ferroviários em Santa Maria. Essa tensão entre apoio de parte da população na capital federal e movimentos grevistas espalhados pelo país não aparece nos jornais em 1942 pela situação de controle imposta aos meios de comunicação do Estado Novo. Cabe aqui, ainda, o destaque aos apoios internos dados em 1942. Na capa do jornal *A Noite* de 20 de agosto constava estarem "os estudantes prontos para a defesa da pátria"¹⁹, manchete essa em referência ao que segue na página 8 do periódico:

Durante todo o dia registraram-se no Palácio Guanabara as mais expressivas e eloquentes demonstrações de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas, manifestações essas partidas de todas as classes que ali acorreram para manifestar a S. Ex., nesta hora difícil, mais do que nunca, o Brasil está unido e coeso em torno do seu grande chefe.²⁰

¹⁶ Idem.

¹⁷ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 6.819, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_02/34080>. Acesso em 25 jul. 2018.

¹⁸ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/11633>. Acesso em 15 out. 2018.

¹⁹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, capa, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/16505>. Acesso em 25 jul. 2018.

²⁰ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 8, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16512>. Acesso em 15 out. 2018. Grifos nossos.

Chamamos atenção para os nossos grifos, pois era estratégia do governo Vargas utilizar-se da situação para reforçar que o Brasil, independente de classe social, estaria coeso mediante a liderança do presidente. Em menor grau, em 1917, ou em maior grau, em 1942, o governo brasileiro tentava reforçar a coesão nacional em torno da identidade do país junto aos próprios brasileiros, por isso tantos chamamentos ao patriotismo nos jornais destacados por nós.

Quanto ao apoio internacional, as notícias em 1917 não chegavam tão rápidas quanto vinte e cinco anos depois, em 1942. Mesmo assim, na capa do *A Noite*, em 26 de outubro de 1917, há dois pontos a destacarmos. Primeiro chama-nos a atenção o subtítulo "O nosso papel"²¹, que clama estar o Brasil, finalmente, com a declaração de guerra, assumindo um "posto" que "há muito era indicado pelas circunstancias (sic)"²². Há, de fato, essa percepção de o Brasil estar adentrando um cenário que seu tamanho e importância lhe conferem certa legitimidade e empatia de países vizinhos. Na mesma capa, há notícia de congratulações e identificação da parte de dois periódicos de Buenos Aires, o *La Nacion* e o *La Mañana*²³. No *Correio da Manhã*, por outro lado, na mesma data, não há destaque na capa sobre apoios de outras nações, mas há, na pág. 3, junto a informações sobre a canhoneira Eber — navio de guerra alemão que estava ancorado na Bahia desde 1914, com o início da Guerra, e que o Brasil tentou tomar para si a partir da declaração de entrada no conflito (DARÓZ, 2016, pp. 103-106)²⁴ —, destaque para uma longa reunião do embaixador Zeppelin Obermüller com o Ministro de Relações Exteriores Nilo Peçanha. Obermüller era holandês e, desde o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, em 11 de abril daquele ano, acumulava às funções diplomáticas de seu país a representação dos interesses alemães no Brasil. As primeiras impressões externas acerca da entrada do Brasil na Grande Guerra, portanto, vieram de países vizinhos e do corpo diplomático presente no Rio de Janeiro.

Em 1942, as notícias se espalharam muito mais rápido. Há declarações de apoio já desde antes do Decreto-Lei de 22 de agosto, quando em 20 de agosto o jornal *A Noite*, na

²¹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, capa, edição nº 2106, 26 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_01/11631>. Acesso em 25 jul. 2018.

²² *Idem*.

²³ *Ibid*.

²⁴ Tão logo o governo brasileiro ordenou a tomada da canhoneira Eber e os marinheiros encarregados tenham se aproximado para cumprir as ordens, os tripulantes alemães que a guardavam a incendiaram e a afundaram, por meio de "[...] derramamento de combustível no convés para provocar o incêndio, e a abertura das válvulas no porão" (DARÓZ, 2016, p. 104).

página 3, citou como solidários ao Brasil os EUA, Chile, Argentina, Peru, Uruguai — com destaque para efusivas manifestações populares pelas ruas de Montevideu — e Equador²⁵.

Na capa do jornal *Correio da Manhã*, de 23 de agosto de 1942, um dia depois da declaração do governo brasileiro, portanto, junto às muitas justificativas dadas pelo governo para demonstrar a inevitabilidade do envolvimento do país na Segunda Guerra, e da mensagem do governo transmitida para as missões diplomáticas do Brasil no continente americano, aparecem algumas demonstrações inequívocas de apoio²⁶.

Dentre esses apoios, há uma mensagem para o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, da parte do Secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull (1871-1955), que ao tomar conhecimento da declaração do governo brasileiro, por intermédio do embaixador do Brasil em Washington, dá as boas-vindas ao país na Guerra ao lado dos Aliados.

O povo dos Estados Unidos dá ao povo brasileiro as boas vindas como irmãos de armas e admira sua Valente decisão de adotar uma posição inequívoca ao lado das Nações do mundo amantes da Liberdade. [...]. Não é nenhuma surpresa para meus compatriotas que a orgulhosa nação brasileira tenha decidido correr os riscos da guerra ao ver injustificadamente atacados seus direitos, sua soberania, e sua dignidade. A atitude das potências do Eixo ao atacar vosso grande país e povo é uma nova demonstração de que essas potências atacam qualquer nação pacífica sem ter em conta considerações de humanidade e nem de direito internacional. A agressão demonstra também abertamente o princípio básico em que se funda a solidariedade das repúblicas americanas, isto é, que a agressão contra qualquer delas atinge a todas. Cada uma das 21 repúblicas americanas se encontra atualmente em igual perigo. Juntos, nossos dois países enfrentarão o futuro com serena confiança e espírito elevado. É-me grato enviar a v. ex. a expressão renovada de minha alta estima pessoal. — Cordell Hull.²⁷

Notemos que, mais uma vez, assim como em 1917, o Brasil entrava no conflito mundial após a entrada dos EUA, e, assim como em 1917, como aliado daquele país. Outras repercussões constantes na capa de 23 de agosto de 1942 são, como no jornal *A Noite*, as manifestações de forte apoio nas ruas de Montevideu e as repercussões em Cuba.

A teia relacional que o historiador constrói não dispõe de sistema de símbolos outro que não o da linguagem (BLOCH, 2001, p. 138) e, nesse sentido, as narrativas antes bastante criticadas (LACERDA, 1994, p. 24), desde os anos 1970 vivem um soerguimento, afinal,

²⁵ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 3, edição nº 10.965, 20 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348970_04/16507>. Acesso em 15 out. 2018.

²⁶ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, capa, edição nº 14.665, 23 ago. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/13268>. Acesso em 26 jul. 2018.

²⁷ Idem.

"toda a história é apresentada como um contar sobre o passado" (DIEHL, 2002, p. 152). Assim, "a volta da história política, o retorno da narrativa e a história dos eventos ligam-se entre si" (RIBEIRO, 1994, p. 102), e é pelo espectro político que começamos a nossa narrativa sobre o Brasil nos trinta e um anos desde o atentado contra a vida do Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do Império austro-húngaro, em junho de 1914, na Sérvia, considerado estopim da Primeira Guerra Mundial, até a Conferência de criação das Nações Unidas em abril de 1945, em meio aos acontecimentos do final da Segunda Guerra Mundial.

O PROCESSO HISTÓRICO BRASILEIRO E A DIMENSÃO POLÍTICO-COMERCIAL

Entre a década de 1910 e a década de 1940 o Brasil passou por sucessivas transformações políticas que representaram os passos ainda inseguros de uma república de pouco mais de vinte anos, tentando definir os caminhos institucionais e os modelos de governabilidade até os anos do primeiro governo Vargas, quando uma série de reformas estruturantes foi implementada. O Brasil, em seu discurso governamental, buscava nos primeiros anos da República separar as estratégias de política externa — um misto de continuidade da política imperial, nos costumes e no *savoir faire* diplomático, com a ideia de "republicanização"²⁸ da diplomacia e do legislativo (CERVO; BUENO, 2011, pp. 172-176) — daquelas outras linhas que tentava estabelecer internamente, descentralizando o poder da União frente aos estados e afastando características do Império que se viu decadente desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870). A ideia de a política interna e a política externa estarem em dimensões distintas fez com que esta recebesse menor atenção que aquela até 1902, quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio-Branco (1845-1912)²⁹, assumiu a pasta. De 1889 a 1902 o Ministério de Relações Exteriores havia tido sucessivas trocas e atingiu a marca de onze ministros, quase todos com limitada expertise para a área (CERVO; BUENO, 2011, p. 176).

²⁸ A ideia de republicanização da política externa do Brasil está bem explicada na obra referência de CERVO e BUENO (2011, p. 175): "Na linguagem dos parlamentares, 'republicanizar' as relações internacionais do Brasil equivalia a privilegiar o contexto americano". Tratava-se, portanto, de o Brasil não mais entender-se como uma Monarquia europeia alocada nas Américas para agora buscar as similitudes junto aos vizinhos do continente ao qual faz parte.

²⁹ Conquanto tenhamos a consciência de que a "grafia dos nomes de todos os que se tornam publicamente conhecidos aparece corrigida em publicações feitas após a morte dessas pessoas" (CIPRO NETO; INFANTE, 1999, p. 42), optamos por adotar a escrita original dos nomes de personagens importantes, grafada tal qual os próprios o faziam.

O risco de se entender as dimensões externa e interna da política de um país por meio de leituras tão distintas, ou, ainda, de se ter a política exterior como mera pasta que poderia ser acessada apenas quando os interesses nacionais ultrapassassem as fronteiras do território, pode ter gerado desorientação durante os primeiros anos da nova República. Pierre Milza (2003, p.365) enfatizava que a iniciativa de se estudar a história das relações entre a política interna dos Estados e a história das relações destes com outras unidades políticas em um grande sistema internacional partiu das reflexões pioneiras de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle na primeira metade do século XX³⁰. Mesmo que aceitemos que o governo brasileiro do início do século XX não tenha percebido de imediato a maior capilaridade das esferas externa e interna, acreditamos que essa mútua influência leva em conta que de fato "não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo" (MILZA, 2003, p. 370).

Talvez tenha sido a partir do pragmatismo do Barão do Rio-Branco que se tenha trazido de volta ao governo a percepção da relação estratégica entre as dimensões interna e externa para o país. Por dez anos, de 1902 a 1912, o Barão foi Ministro de Relações Exteriores do Brasil, mantido no cargo por quatro diferentes presidentes³¹, quando "desenvolveu uma política de defesa dos interesses nacionais numa época de dificuldades devidas ao reordenamento mundial" (VISENTINI, 2007, p. 229). Antes disso, porém, houve na presidência de Campos Salles (1841-1913) uma viagem à Argentina, em 1900, que fora tratada com grande pompa naquele país por ser a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro visitava oficialmente o vizinho sul-americano. Essa visita é exemplo claro da ideia de republicanização da diplomacia brasileira. Campos Salles viajou com centenas de convidados a bordo do encouraçado Riachuelo para retribuir a visita feita no ano anterior pelo mandatário Julio Argentino Roca (1843-1914).

O começo da assim chamada republicanização das relações exteriores é, portanto, a etapa imediatamente anterior ao pragmatismo estratégico do Barão e ao trato das coisas externas como inseparáveis aos interesses do Estado. Essa constatação é importante na

³⁰ Leopold Von Ranke (1795-1886) já estudava a *Aussenpolitik* (política internacional) levando em consideração aspectos da política interna — e da religiosidade — em meados do século XIX, no entanto Renouvin e Duroselle sistematizaram o estudo da História das Relações Internacionais não apenas relacionando dimensões internas e externas dos Estados, mas também se afastando da leitura oficialista da História Diplomática para imprimir uma visão societária. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967).

³¹ Pela ordem cronológica: governo de Rodrigues Alves (1848-1919) — 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 —, governo de Afonso Pena (1847-1909) — 15 de novembro de 1906 a 14 de junho de 1909 —, governo de Nilo Peçanha — 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910 —, e governo de Hermes da Fonseca (1855-1923) — 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914.

composição da teia semântica do argumento que defendemos, qual seja, de que os envolvimento do Brasil nas duas Guerras Mundiais são partes de um mesmo processo histórico.

A capilaridade nas políticas interna e externa nesse processo é percebida quando tomamos como referência as motivações dos tomadores de decisões. Eles traziam para si a responsabilidade pelo que se tinha por interesse nacional. Pouco mais de dois anos após a morte do Barão do Rio-Branco começou a Primeira Guerra Mundial, conflito este que não demoraria a envolver o Brasil e seus interesses, de início meramente comerciais. Assim como em 1914, também em 1939, quando se iniciou a Segunda Guerra Mundial, as percepções quanto às Guerras eram de possíveis prejuízos ao comércio brasileiro e não havia estratégia clara, tanto no governo de Wenceslau Braz — 15 nov. 1914 a 15 nov. 1918 — quanto no governo de Getúlio Vargas — 03 nov. 1930 a 29 out. 1945 —, que não a da neutralidade.

Em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha acordos de comércio em vigor com as seguintes nações: Uruguai — tratados de comércio e navegação e um convênio especial de tráfego mútuo nas linhas férreas de Santana do Livramento a Rivera —; República Argentina — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação —; Império Otomano — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação —; Venezuela — Tratado de Limites e Navegação Fluvial —; Reino da Bélgica — Acordo de Comércio com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida³² —; República do Peru — Protocolo de Acordo Diplomático Provisório de navegação sobre o Rio Içá (Putumayo) e Acordo de Navegação do Rio Japurá (Caquetá), bem como determinação de fronteiras entre os dois países com os princípios gerais de comércio e navegação na bacia do Rio Amazonas —; China — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida —; Império do Japão — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, com Cláusula da Nação-Mais-Favorecida —; República Francesa — Acordo Comercial provisório feito por meio de Notas, estipulando a França a tarifa mínima de 136 francos por 100 quilogramas como direito de entrada ao café brasileiro naquele país, em troca de aplicação de taxas igualmente mínimas para os produtos franceses no Brasil —; República da Bolívia — Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio —; República da Colômbia — Tratado de Limites e Navegação incluindo o comércio no Rio Içá (Putumayo) —; Reino da Itália — Acordo Comercial provisório feito por meio de Notas,

³² Trata-se de uma condição atribuída por um Estado a outro, com o qual negocia, estabelecida em acordos comerciais. Esta cláusula garante as mesmas vantagens comerciais — redução de tarifas, cotas de importação, etc. — a um Estado que foram recebidas por qualquer outro. Sobre o assunto, ver o Parecer do consultor jurídico do Itamaraty Clóvis Beviláqua (1859-1944), emitido em 1927, disponível na obra de referência do direito internacional público brasileiro de Antônio Augusto Cançado Trindade (2012, p. 377).

estipulando o governo italiano a tarifa mínima de 130 libras por 100 quilogramas como direito de entrada ao café brasileiro naquele país, em troca de aplicação de taxas igualmente mínimas para os produtos italianos no Brasil —; e Estados Unidos da América — redução do valor nos direitos de importação no Brasil de alguns artigos procedentes dos EUA feitas *ad hoc* por meio de decretos presidenciais.³³

As percepções do governo brasileiro, contidas no relatório de 1915, foram se tornando mais pessimistas em relação ao relatório do ano anterior, e o país tentou deixar clara a sua neutralidade na Guerra que havia iniciado em 1914.

Logo que surgiu, no velho Continente, o primeiro conflicto armado, tomou o Governo Federal a resolução de se manter em estado de completa neutralidade; mas, para pôr em pratica tal decisão, depois que lhe fosse feita a primeira notificação de estado de guerra, tornava-se necessario definir e regular a neutralidade do Brasil, em face do conflicto europeu.

O Governo julgou mais conveniente resolver o caso *in genere*, de modo permanente, estabelecendo as normas geraes, que devem ser observadas, no Distrito Federal, nos Estados da União e no Territorio Federal do Acre, para resguardar a neutralidade do Brasil, em caso de guerra entre Potencias estrangeiras, e sobre o modo de se proceder para com os navios de guerra e mercantes dos paizes beligerantes; bastando depois, em cada caso particular, decretar a execução *in specie* dessas normas geraes, préviamente estabelecidas.

Para esse fim, preparou o Ministerio a Circular de 4 de Agosto de 1914, fixando Regras geraes de neutralidade, e o Poder Executivo expediu o Decreto n. 11.037, da mesma data, ordenando que as Regras constantes desta Circular sejam rigorosamente cumpridas, sempre que o Governo Federal decretar a sua execução.

Essa Circular resume a doutrina de todas as outras anteriores do Ministerio, sobre o mesmo assumpto; tendo sido nella attendidos os principios do Direito Internacional na especie, e incluído tudo quanto ficou resolvido na 2a Conferencia da Paz, realizada na Haya, em 1907, e consta das Convenções de 18 de Outubro, ali então assignadas pela nossa Delegação, ao depois aprovadas pelo Congresso Nacional, e, por ultimo, ratificadas e promulgadas pelo Poder Executivo.

Nessas Instruccões geraes permanentes sobre a materia de Neutralidade no Brasil, attendeu-se tambem, quanto possivel, aos interesses particulares do paiz no intercambio commercial.³⁴

Em 1943, quando se produziu o relatório de 1939, tinha-se bastante claras as dificuldades geradas pela Segunda Guerra ao comércio brasileiro. "O nosso comércio [...] perdeu, total ou parcialmente, por um prazo que não se pode ainda calcular, vários mercados de consumo [...] em virtude da classificação arbitrária das mercadorias consideradas

³³ BRASIL, Ministerio das Relações Exteriores. "Actos que estão em vigor". In: Relatório do Ministerio das Relações Exteriores: 1914, vol. 1, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, pp. 213-218.

³⁴ BRASIL, Ministerio das Relações Exteriores. "Regras geraes de neutralidade do Brasil, no caso de guerra entre Potencias estrangeiras". In: Relatório do Ministerio das Relações Exteriores: 1915, vol. 1, Exposição, Anexo A. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, pp. 41-42. Grifos nossos.

contrabando de guerra."³⁵ A experiência de ter o Brasil passado por semelhante situação na Primeira Guerra Mundial é lembrada, a título de comparação, pelos autores do relatório referente ao ano de 1939.

Pelo que se nota, as condições de guerra atual, em relação ao comércio, são diferentes das da Guerra anterior, porquanto os preços das mercadorias, com exceção de certas matérias primas, de origem mineral, serão, o quanto possível, controlados pelos mercados consumidores, pelo menos até que sejam absorvidos os estoques existentes, o que não sucedeu em 1914.³⁶

CONCLUSÃO

As mudanças ocorridas no Brasil entre os anos que vão desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, em 1914, até a rendição das forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial, em 1945, são por vezes tratadas na historiografia como sendo partes de dois distintos tempos históricos: Primeira República ou República Velha e Período Vargas. Argumentamos, no entanto, que essa divisão não permite a leitura correta do processo de inserção do Brasil no escopo da ressignificação sistêmica que ocorreu no conjunto das duas Guerras Mundiais.

O tempo histórico proposto aqui, portanto, remete ao período de 1914 a 1945 como o tempo de uma tomada de consciência dos governos brasileiros acerca do papel do país no mundo, do senso de oportunidade que a inserção internacional do Brasil na ressignificação sistêmica que se desenhou entre as duas Guerras poderia representar para os interesses nacionais.

Essa conclusão, resultante do panorama ora apresentado, é parte do fio condutor de tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (MROS, 2019) onde exploramos com maior profundidade os tópicos aqui mencionados.

As Guerras Mundiais tiveram amplo significado político, econômico e identitário para o Brasil e ressignificaram todo o sistema internacional exigindo que as estudemos para melhor compreender o momento que hoje vivemos. Seguir dividindo esses eventos em dois blocos de tempo como o faz a historiografia em geral, no entanto, reduz as possibilidades cognitivas de entendermos que papel o país exerceu, e que influências sofreu, nas mudanças ocorridas na primeira metade do século XX.

³⁵ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. "Intercâmbio comercial". In: Relatório do Ministério das Relações Exteriores relativo ao ano de 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, pp. 11-12.

³⁶ Idem, p. 12.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. 2013. O tempo da história. 2013. São Paulo: Unesp. 348p. ISBN 9788539304714.

BARROS, José d'Assunção. 2014. História comparada. Petrópolis, RJ: Vozes. 181p. ISBN 9788532647276.

BARROS, José d'Assunção. 2013. O tempo dos historiadores. Petrópolis, RJ: Vozes. 296p. ISBN 9788532646712.

BLOCH, Marc. 2001. Apologia da história: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 159p. ISBN 9788571106093.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. 2012. Repertório da prática brasileira do direito internacional público (1919 – 1940). 2. ed. Brasília: FUNAG. 388p. ISBN 9788576313694.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. 2014. São Paulo: Contexto. 224p. ISBN 9788572446471.

CARDOSO, Irene. 2013. Para uma crítica do presente. 2. ed. São Paulo: editora 34. 288p. ISBN 9788573261844.

CATROGA, Fernando. 2015. Memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV. 98p. ISBN 9788522516360.

CERVO, Amado Luiz; Clodoaldo BUENO. 2011. História da Política Exterior do Brasil. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: UnB. 595p. ISBN 9788523012878.

CERVO, Amado Luiz. 2008. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva. 297p. ISBN 9788502065703.

CHARTIER, Roger. 2016. A história ou a leitura do tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 77p. ISBN 9788575263938.

CIPRO NETO, Pasquale; Ulisses INFANTE. 1999. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Scipione. 582p. ISBN 9788526233454

CONRAD, Sebastian. 2016. What Is Global History? Princeton, New Jersey: Princeton University Press. Kindle. 303p. ISBN 978069115558.

CROSSLEY, Pamela Kyle. 2015. O que é História Global? Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 189p. ISBN 9788532650283.

DARÓZ, Carlos. 2016. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. São Paulo: Contexto. 208p. ISBN 978857724499526.

DEL PRIORE, Mary. 2016. Histórias da gente brasileira: Império. V. 2. Lisboa: Leya, Kindle. 520p. ISBN 9788544104880.

DIEHL, Astor Antônio. 2002. "História, hermenêutica e representação". In: MARTINS, Estêvão C. de Rezende (Org.). Memória, identidade e historiografia: Textos de História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB. Vol. 10, n. 1 / 2, p. 151-158. ISSN 0104-1487.

DOSSE, François. 2013. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador entre esfinge e fênix. São Paulo: Unesp. 362p. ISBN 9788539303908.

FAUSTO, Boris (Dir.); Fernando Henrique CARDOSO et al. 2006. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, estrutura de poder e economia (1889 – 1930). Tomo III; vol. 8. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 462p. ISBN 8528605086.

FAUSTO, Boris (Dir.); Paulo Sérgio PINHEIRO et al. 2006. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889 – 1930). Tomo III; vol. 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 462p. ISBN 8528605094.

FAUSTO, Boris (Dir.); Ângela Maria de Castro GOMES et al. 2007. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e política (1930 – 1964). Tomo III; vol.10. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 714p. ISBN 9788528605105.

FAUSTO, Boris (Dir.); Antônio Flávio de Oliveira PIERUCCI et al. 2007. História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, economia e cultura (1930 – 1964). Tomo III; vol. 11. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 798p. ISBN 9788528605112.

JUNG, Carl G. "Chegando ao inconsciente". In: JUNG, Carl G. (Org.). 2008. O homem e seus símbolos. 2. ed. esp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 15-131. ISBN 9788520920909.

KERSHAW, Ian. 2016. De volta do inferno: Europa (1914-1949). São Paulo: Companhia das Letras. 574p. ISBN 9788535928068.

KOSELLECK, Reinhart. 2014. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio. 352p. ISBN 9788578660994.

KOSELLECK, Reinhart. 2006. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio. 366p. ISBN 9788585910839.

LACERDA, Sonia. "História, narrativa e imaginação histórica". In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). 1994. História no plural. Brasília: UnB, 1994, p. 9-42. ISBN 8523003584.

LE GOFF, Jacques. 2013. História e memória. 7.ed.rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 499p. ISBN 9788526810082.

LE GOFF, Jacques. 2015. A história deve ser dividida em pedaços? São Paulo: Unesp. 152p. ISBN 9788539305940.

LINHARES, Maria Yedda Leite et al. 2016. História geral do Brasil. 10. ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: Elsevier. 500p. ISBN 9788535285437.

MILZA, Pierre. "Política interna e política externa". In: RÉMOND, René (Org.). 2003. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 365-400. ISBN 9798522504458.

MONTEIRO, Marcelo. 2012. U-507: o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Salto, SP: Editora Schoba. 341p. ISBN 9788580131215.

MONTEIRO, Marcelo. 2014. U-93: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Porto Alegre, RS: Editora BesouroBox. 321p. ISBN 9788599275849.

MORELI, Alexandre; MENDONÇA, Filipe; ZAHRAN, Geraldo. 2018. História Global, precisamos dela? Chutando a Escada. Podcast. Nº 52, MP3 (111 min.). Disponível em: <<https://soundcloud.com/chutandoaescada/chute-052-historia-global-precisamos-dela>>. Acesso em 30 set. 2018.

MROS, Günther Richter. O Brasil nas Guerras dos outros: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914 – 1919 & 1930 – 1945). 229p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18846>>. Acesso em 17 nov. 2019.

NOVAIS, Fernando. 1994. "Braudel e a 'missão francesa'". Estudos avançados, São Paulo, v. 8, n.22, p.161-166. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300014>>. Acesso em 29 ago. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2008a. História e história cultural. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 132p. ISBN 978-8575260784.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; Nádia Maria Weber SANTOS; Miriam de Souza ROSSINI (Org.). 2008b. Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Ed. Asterisco, p.11-18. ISBN 978-8588840850.

REIS JR., Dante Flávio da Costa; Gilvan Charles Cerqueira de ARAÚJO. 2012. "As representações simbólicas: a pulsão imagética e sígnica na produção dos sentidos no espaço". In: OBSERVATORIUM, Revista Eletrônica de Geografia, vol.3, n.9, p. 93-106. ISSN 1984-4891. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n9/07.pdf>>. Acesso em 12 set. 2018.

RENOUVIN, Pierre et al. 1994. Histoire des relations internationales. Paris: Hachete. 2542p. ISBN 978-2012350359.

RENOUVIN, Pierre; Jean-Baptiste DUROSELLE. 1967. Introdução à história das relações internacionais. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 542p.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. "A volta da história política e o retorno da narrativa histórica". In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). 1994. História no plural. Brasília: UnB, p. 99-108. ISBN 8523003584.

RODRIGUES, José Honório; Ricardo A. S. SEITENFUS; Lêda Boechat RODRIGUES (Org.). 1995. Uma história diplomática do Brasil (1531 – 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 512p. ISBN 9788520003916.

ROSENHECK, Uri. 2016. "Olive drab in black and white: the Brazilian Expeditionary Force, the US Army and the racial national identity". In: Revista Esboços, Florianópolis, SC, vol. 22, n. 34, p. 142-160. ISSN 1414-722X.

Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7976.2015v22n34p142>>. Acesso em 17 set. 2018.

SANTO AGOSTINHO. 2017 Confissões. São Paulo: Editora Vozes. 392p. ISBN 978-8532600608.

SARAIVA, José Flávio Sombra. "História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento". In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). 2008. História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, p. 7-40. ISBN 9788502061910.

SKIDMORE, Thomas. 1999. Brazil: five centuries of change. Oxford: Oxford University Press. 254p. ISBN 9780195058109.

SOREL, Albert. 1875. Histoire diplomatique de la guerre franco-allemande. Tome 1. Paris: E. PLON et Cie, Imprimeurs-éditeurs. 458p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. "A política internacional do Brasil e suas fases". In: FRATI, Mila (Org.). 2007. Curso de formação em política internacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 219-246. ISBN 978-8576430384.

WATSON, Adam. 2002. The evolution of international society: a comparative historical analysis. USA; Canada: Routledge, Taylor and Francis e-Library. 346p. ISBN 978-0415452106.

FONTES PRIMÁRIAS CONCULTADAS:

ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY — AHI — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL — RIO DE JANEIRO — RJ, BRASIL.